

LIVRO DIDÁTICO: POR QUÊ?

*Gisele da Paz Nunes**

Introdução

Se tivéssemos que definir o que é ensino gratuito e ministrado nos estabelecimentos mantidos pelo Estado, teríamos muita coisa a dizer. A maioria não muito boa, é verdade, mas infelizmente verdadeira. Diríamos, por exemplo, que a maior parte desses estabelecimentos é freqüentada por alunos de baixo poder aquisitivo. Por aproximações sucessivas, diríamos, ainda, que esse ensino é desacreditado; que os professores dessas escolas ganham mal; que suas condições materiais e de infra-estrutura são extremamente precárias, que os materiais colocados ultimamente pelo governo nas escolas vem sendo deixado de lado porque não há quem esteja apto a lidar com eles (como por exemplo, a TV Escola), que há vídeos e TVs enquanto faltam carteiras para os alunos, papel para provas e fotocópias etc.

Comparando o ensino público com o de algumas instituições privadas, poderíamos afirmar que ao lado da crescente “inchação” que o ensino público vem sofrendo, concomitantemente, constata-se uma sensível perda de qualidade a cada ano que passa.

Diante dessas e outras constatações, muitos educadores têm dirigido seus esforços em busca de alternativas para a melhoria do ensino gratuito, visando diminuir a diferença qualitativa e quantitativa que existe em relação às escolas destinadas à elite. Mas será que dispomos de soluções de fato eficientes? Será que os Livros Didáticos

* Professora no Campus de Catalão-UFG – Curso de Letras. Mestranda em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia.

nos oferecem alternativas eficazes de trabalho? Assim é que, ao lado de meras denúncias descritivas, já existem análises mais elaboradas que procuram identificar na realidade do ensino público mecanismos (explícitos ou implícitos) a se interporem entre a prática educacional do professor e a qualidade do ensino de modo geral.

Abordaremos aqui, principalmente, o ensino de gramática através do livro didático por ser este o único material que acreditamos ser utilizado por todos os professores, ou pelo menos pela grande maioria deles. Segundo Neves (1991: 250) mais de 90% dos docentes recorre ao livro didático. Será que é possível uma mudança qualitativa nesse aspecto? A gramática tradicional é de fato tão importante e indispensável a ponto de ocupar a maioria absoluta das aulas de português?

Por ser este trabalho um pequeno ensaio monográfico, não pretendo aqui dar respostas a todas as questões levantadas, mas antes levá-las e despertar, por assim dizer, a consciência crítica de cada professor para que possam lutar em prol de uma mudança no ensino, especificamente no de Língua Materna.

Também, por acreditarmos ser de extrema importância para compreendermos melhor este trabalho, acrescentamos aqui um breve histórico sobre o livro didático.

Parte I - Por que adotar um livro didático?

I - O Estado: financiador/censor do livro didático.

Desde os primórdios da cultura letrada, ouve-se falar em livros e, de um longo tempo atrás até hoje, de uma espécie de livro que “auxiliava” na transmissão de conhecimentos de mestre para discípulo, de geração para geração. Considerado como um dos mais antigos recursos educacionais, o Livro Didático está, significativamente, presente em nossas escolas, sejam elas públicas ou privadas. Essa presença vem se intensificando cada vez mais, pois nos parece que o Estado descobriu que o livro tem um grande

poder de persuasão porque tende-se a acreditar que tudo que está num livro, mesmo quando ele é de ficção, seja verdadeiro; daí a necessidade da advertência “qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência”. No entanto, alguns são tão verossímeis que tal advertência soa como um “disfarce mal colocado”. Por isso também queimaram-se tantos livros na história da humanidade ou publicaram-se tantos outros. É evidente que o Estado não deixaria de usar tão poderoso instrumento e o Governo vem, desde a fundação das escolas públicas no Brasil, trabalhando intensamente em favor do Livro Didático. Em 1945, mediante o Decreto-lei 8.640, consolida-se a legislação do Livro Didático, criada pela primeira vez em 1938 pelo Decreto-lei 1.006. O Estado passa então a assumir o controle sobre o processo de adoção dos mesmos em todos os estabelecimentos de ensino do Território Nacional, criando uma Comissão de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, escolhidos dentre pessoas de “notório preparo pedagógico” e “reconhecido valor moral”.

A partir da data a ser fixada pelo Ministério da Educação e Saúde, os Livros Didáticos que não tiverem autorização prévia, concedida nos termos da lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas primárias, profissionais e secundárias, em todo o Território Nacional. (Artigo 3).

O Estado fixa, assim, critérios para nortear os trabalhos da referida comissão intitulados “Das causas que impedem a autorização do Livro Didático”. Evidentemente essas causas são de cunho altamente ideológico que por oposição ao que impede, passam a solicitar dos autores de Livro Didático a valorização da família, do sentimento religioso, do país pacífico e maravilhoso em que moramos e, principalmente, que valorizem com otimismo o destino dos brasileiros não questionando o regime político adotado, as autoridades, as forças armadas e todas as instituições nacionais.

Mas isso não parecia suficiente porque nem todos os alunos teriam acesso a esses livros. Cria-se então a FENAME (Fundação Nacional de Material Escolar) em 1967, com a finalidade básica de distribuir material didático às instituições escolares. Mas o Governo

não dispunha de verbas suficientes para arcar com tais despesas. A solução mais viável, portanto, foi o surgimento de uma idéia, em 1970, da implantação do sistema de co-edição com o empresariado nacional.

Num primeiro momento, delega-se ao INL (Instituto Nacional do Livro) a responsabilidade de promover e agilizar, juntamente com as editoras, o programa de co-edição de obras didáticas. O forte desse programa está no aumento da tiragem e na criação de mercado para que o Governo obtenha parte dessa tiragem e possa distribuí-la “gratuitamente” às escolas carentes e bibliotecas públicas, instituindo assim o “livro gratuito” que vem fortalecer indubitavelmente a opressão que o Estado já tinha nas mãos contra o povo brasileiro.

Assim, nesses últimos tempos, o Governo encontrou um meio de fornecer livros a todas as crianças carentes através da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante). No entanto, como havia rejeição por parte de alguns professores que acusavam os livros fornecidos pelo Governo de ruins ou simplesmente que eles estavam sendo “impostos”, o Estado garante a adoção e aceitação dos mesmos criando um programa especial que “permite” ao professor participar da seleção do Livro Didático, pois o professor não poderia ficar à margem do processo de seleção de tais livros que ele mesmo vai usar em sala de aula. O professor escolhe o livro que achar adequado e a editora o edita especialmente para a FAE através do já tão conhecido programa de co-edição. Mas a Democracia, assim vista, digamos que seja “democrática” demais. O professor precisa então de um elemento norteador que o auxilie na escolha do livro didático. Cria-se então o Guia de Livros Didáticos através do PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) trazendo “sugestões” de livros para 1ª a 4ª séries e 5ª a 8ª séries, rotulando as obras selecionadas previamente pelo governo com uma, duas ou três estrelas. Se por acaso o professor quiser um livro que não esteja na lista dos PNLD, ele até pode escolhê-lo, mas a FAE não custeará a compra, isto é, a própria escola ou os alunos (em sua grande maioria de classe econômica muito baixa) arcarão com as despesas.

Através deste programa, o Estado garante e assegura que

todos usarão seus livros, difundindo uma ideologia opressora que faz com que os alunos percam a capacidade de raciocinar e questionar e sejam meros repetidores de uma ideologia capitalista de semi-escravidão. O Estado garante um livro dentro de seus próprios padrões já preestabelecidos porque a co-edição, sendo vantajosa tanto para editores como para autores, acaba sendo desejada por ambos que produzem o livro que o Governo quer, ou seja, um livro que não utilize argumentos que despertem ou alimentem a oposição e a luta entre classes sociais, que inspirem desamor às instituições nacionais, e que não contenha, explícita ou implicitamente, pregações ideológicas contra o regime político adotado pela Nação.

Seria possível escapar dessa imposição? Seria possível usar o livro didático sem se deixar “contaminar” por essas idéias? João Wanderley Geraldi, em várias de suas publicações, alerta os professores a respeito de livros de “roupa nova” que conquistam seu espaço no mundo escolar e “facilitam” a vida de muitos professores, e adverte que *o importante não é usar o Livro Didático, mas o livro sem adjetivo algum.*

Fica, mais uma vez, bem nítida, a certeza de uma visão autoritária da Educação que pretende formar seguidores de “verdades” impostas e passivos reprodutores dos valores dominantes. Porém, devemos nos lembrar de que *o fundamental não é construir prédios escolares ou distribuir material didático, mas formar, e bem, o professor.* (Geraldi, 1994)

A seguir, um breve resumo dos critérios utilizados pelo guia com enfoque especial em Língua Portuguesa por ser esta a área de interesse para este trabalho.

II - Critérios de seleção dos livros didáticos para o PNLD

A - Critérios comuns

Critérios eliminatórios: foram estabelecidos três critérios

que representam um padrão consensual mínimo de qualidade para o ensino escolar.

Correção dos conceitos e informações básicas: um livro didático não poderá formular nem manipular erradamente os conceitos e informações¹.

Correção e pertinência metodológicas: possibilitar ao aluno apropriação do conhecimento implica escolher uma abordagem metodológica, ser coerente em relação a ela².

Contribuição para a construção da cidadania: para contribuir efetivamente para a construção da ética necessária ao convívio social e à cidadania, o livro didático não poderá:

1. Veicular preconceitos de origem, cor, condição econômico-social, etnia, gênero ou qualquer outra forma de discriminação;
2. Fazer doutrinação religiosa, desrespeitando o caráter leigo do ensino público.

Manual do professor: considera-se fundamental que o livro didático venha acompanhado de orientações para o professor. É importante que oriente o docente para a articulação dos conteúdos do livro em si e com outras áreas do conhecimento³.

B - Língua Portuguesa

Introdução

Antes de mais nada – como e por que os livros apresentados foram considerados de boa qualidade:

* Dupla direção para avaliação: objetivos do ensino de língua materna e princípios e critérios já estabelecidos para avaliação.

* Demais critérios: leitura, produção de textos, linguagem oral e conhecimentos lingüísticos relativos ao discurso, ao texto e

à descrição gramatical.

Princípios gerais

As duas preocupações centrais do ensino:

- * Processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita e o exercício – o mais complexo e variado possível – da linguagem oral;
- * O desenvolvimento da proficiência na norma culta, especialmente em sua modalidade escrita e nas situações em que seu uso é socialmente requerido (situações reais de uso)⁴.

C - Critérios para análise

Relativos à natureza do material textual:

- * A variação e a heterogeneidade lingüísticas devem ser valorizadas. A introdução à norma culta não deve silenciar nem menosprezar as variedades dialetais. Gênero discursivos e tipos de textos o mais variados possível.
- * Os pseudotextos devem ser combatidos. Os textos integrais são preferíveis aos fragmentados. Textos originais e autênticos são preferíveis a paráfrases e adaptações.
- * A seleção de um texto para o livro didático deve justificar-se pela qualidade de experiência de leitura que possa propiciar.
- * O livro didático deve incentivar professores e alunos a buscarem textos e informações fora de seus próprios limites.

Relativos ao trabalho com o texto:

- * É fundamental a diversidade de estratégias.
- * **Leitura:** reconstrução do sentido do texto pelo aluno.
- * **Produção:** contemplar o uso social da escrita.
- * **Conhecimentos lingüísticos:** os conteúdos lingüísticos relativos à gramática não devem ter peso maior que os relativos

a leitura, produção de textos e oralidade. Os exercícios de gramática devem propiciar a construção dos conceitos gramaticais⁵ e não simplesmente avaliar sua compreensão.

D - Critérios eliminatórios

Correção dos conceitos e informações básicas – clareza e correção, quer dos conceitos, quer das informações que veicula. Embora o objetivo do ensino seja essencialmente pragmático, é necessário recorrer a informações capazes de conduzir o educando tanto a refletir sobre os fatos de linguagem envolvidos, quanto a desenvolver as habilidades necessárias à proficiência escrita ou oral.

Correção e pertinência metodológicas – as deficiências metodológicas são particularmente sérias, daí a necessidade de o livro didático explicar a concepção de língua e de ensino-aprendizagem com que trabalha. O livro didático deve atender a dois requisitos básicos:

1. Não privilegiar uma única habilidade ou competência.
2. Ser coerente com a proposta que explicita.

Contribuição para a construção da cidadania – no livro didático significa:

1. Não veicular, nos textos, preconceitos que levem a discriminações⁶ de qualquer tipo.
2. Não fazer do livro didático um instrumento de propaganda e doutrinação religiosas.
3. Estimular, nos dois meios já referidos, o convívio social e a tolerância, abordando a diversidade da experiência humana com respeito e interesse.

III - Livro Didático: mina de ouro para muitos professores.

Muitos professores defendem fervorosamente o uso do Livro Didático e podem citar muitos bons motivos para tal atitude, como:

1. O pouco tempo que o professor tem para preparar aulas – o Livro Didático traz um programa pronto e dispensa que o professor perca tempo precioso fazendo seu próprio programa.

2. Alguns livros trazem avaliações prontas e o professor não precisa, durante um corrido ano letivo, elaborar provas para suas classes.

3. Se o professor gosta do livro, não precisa mudar nada, não precisa pesquisar porque ele tem TUDO que precisa ser dado naquela série, até exercícios com respostas, o que facilita, e muito, na hora da correção dos exercícios em sala.

4. Se cada aluno tem seu livro, o professor fica dispensado de preparar textos e questões de interpretação e/ou compreensão ou mesmo exercícios gramaticais.

5. As propostas de redação vêm prontinhas, com motivação e tudo que muitas vezes são apenas sugestões que podem ser “puladas” sem se colocar nada no lugar.

6. O professor, com seu salário de fome, não pode comprar livros, mas, isso não é um grande problema, pois as editoras fornecem-lhe o livro adotado gratuitamente.

Em Neves (1991: 26), encontramos a justificativa de que os professores fazem uso do livro didático porque:

- a. é o que está mais disponível;*
- b. para melhor seqüência da matéria;*
- c. é um bom material;*
- d. os alunos gostam;*
- e. pela análise morfofossintática.*

Porém, o professor esquece-se de que o conceito de qualidade

implícito nos critérios de julgamento pela FAE é de, no máximo, um livro formalmente correto, mas desprovido de elementos que realmente o tornariam um bom livro, como uma proposta coerente de ensino, uma metodologia que leve o aluno a realmente aprender o conteúdo proposto, um livro que dê ao professor a liberdade de trabalho que for mais conveniente em cada turma de acordo com o nível de aprendizagem/conhecimento de cada um etc. *Dada a formação da maioria dos professores, em lugar do professor adotar o didático, é o didático que o adota.* (Geraldi, 1994).

Faltam livros que utilizem recursos gráficos e pedagógicos, como via de passagem para o conhecimento da realidade; para a capacidade de refletir criticamente sobre ela; para a atuação social transformadora, pois a consciência se molda no social. Nem o gesto, nem o grito, nem a fome, nem a palavra são individuais. *A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social. A consciência individual não só nada pode explicar, mas ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. A consciência é um fato sócio-ideológico.* (Bakhtin, 1979:20-21)

Esse tipo de professor ainda não percebeu que estes Livros Didáticos se preocupam mais com as prescrições oficiais do que com o próprio conteúdo abordado; preocupam-se mais com a excessiva correção gramatical normativa do que com a leitura e a produção de textos; entretanto, falta a adequação da linguagem à realidade dos alunos, às desigualdades sócio-econômico-culturais. Esse tipo de professor deve se conscientizar de que *o primeiro grau não tem a obrigação de formar gramáticos, mas sim usuários da língua.* (Geraldi, 1994).

Parte II - O ensino de gramática no livro didático

I - Livro Didático: um simples “trocar de roupa” a cada nova teoria lingüística

A - A tradição: uma teoria ainda não superada.

A organização da teoria tradicional baseou-se no princípio de que a educação é direito de todos e dever do Estado. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa, de vencer a “barreira da ignorância”. Mas como realizar essa tarefa? Através do ensino. A escola tem o dever, assim, de converter os súditos em cidadãos. (Saviani, 1991)

Nessa época, a marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado não aquele que é pobre, que tem menos condições sócio-econômicas, não aquele que não tem direito a voto, que é explorado no trabalho, mas aquele que não é “esclarecido”.

O que se faz, então, é um livro didático que trabalhe o problema dessa marginalidade, que leve educação e cultura a todo e qualquer cidadão que dela precise e que tenha acesso à escola, porém o problema maior era justamente este: a maioria não tinha acesso à escola. Surge assim a nova meta do governo: levar a criança à escola. Material escolar, merenda, não obrigatoriedade do uniforme são algumas das novas estratégias para atrair a criança ao meio escolar. No entanto, no que diz respeito ao ensino, tudo continua como sempre esteve.

O mundo mudou, a sociedade mudou, a Lingüística fez descobertas importantíssimas mas os professores continuam com os mesmos “maus hábitos” escolares. Segundo Neves (1990: 45-48), os professores têm certeza de que o ensino tradicional de gramática não leva a nada, mas continuam insistindo no assunto:

1. *Os professores em geral acreditam que a função do ensino da gramática é levar a escrever melhor.*
2. *Os professores foram despertados para uma crítica dos valores da gramática tradicional.*
3. *Os professores têm procurado dar aulas de gramática não-normativa.*
4. *Os professores verificam que essa gramática “não*

está servindo para nada”.

5. *Apesar disso, os professores mantêm as aulas sistemáticas de gramática como um ritual imprescindível à legitimação de seu papel.*

Segundo Travaglia (1996: 105-106) que também toma os dados de Neves citados anteriormente, o que podemos perceber é que *diante disso tudo fica sempre a pergunta (senão a angústia) do que fazer.*

B - Estruturalismo: a força que permanece ainda hoje na maioria dos livros didáticos

Um dos traços importantes do Estruturalismo é a distinção sob diversas formas de um código lingüístico (língua) e suas realizações (fala). Vai-se, pois, depreender do texto ou dos textos analisados, que resultam dos atos de fala, o sistema da língua, já que justamente o estudo da fala em si mesma foi deixado de lado durante bastante tempo. Assim, o Estruturalismo baseia a economia lingüística no funcionamento sincrônico do código. Coloca-se *a priori*, para um conjunto de enunciados, a existência de uma estrutura que se deve em seguida segmentar, baseando-se numa análise imanente; os códigos são considerados irreduzíveis uns aos outros. O enunciado é estudado como uma série de níveis hierarquizados, onde cada elemento está determinado em função de suas combinações com o nível superior. André Martinet realça a passagem do nível dos fonemas ao nível dos morfemas, enquanto Emile Benveniste, seguindo, neste sentido, a escola de Praga, situa a transição importante entre os traços pertinentes do fonema e o próprio fonema.

O método do estruturalismo é, primeiro, indutivo, mesmo se ele puder chegar à projeção de resultados sobre diversos *corpora* que não foram realizados e dos quais se espera que só resultados dêem conta. O Estruturalismo rejeita a teoria da informação na medida em que recorre ao estudo do contexto que cerca uma unidade.

Um de seus méritos é haver estabelecido a lingüística como ciência das línguas, graças às distinções por ele introduzidas (sincronia/diacronia; regras do código/realizações individuais; traços pertinentes/traços redundantes etc.).

Para o Estruturalismo tratava-se, antes de tudo, de mostrar nos elementos materiais da língua e, numa certa medida, acima, nos elementos significantes, duas coisas, os dois lados fundamentais em toda consideração estrutural da língua: reconhecer os termos constitutivos da língua e estabelecer as relações entre esses elementos. A língua agora é um conjunto de estruturas que nunca são descobertas em sua totalidade.

Os autores de Livros Didáticos da época, com uma concepção bem moderna (estruturalista), fazem seus livros didáticos utilizando todos os recursos que o Estruturalismo oferecia. Tanto o *input* quanto o *output* são estruturais e os exercícios do Livro Didático tornam-se mecânicos, dispensando qualquer forma de raciocínio ou dificuldade ao apresentarem um MODELO para cada exercício proposto. Isto, é claro, traz graves conseqüências para o ensino na medida em que leva-se os alunos a pensarem que a língua e o estudo da língua não fazem o menor sentido, não servem para nada mesmo.

C - Funcionalismo: teoria já superada?

O ponto central da doutrina reside no conceito de dupla articulação. A primeira articulação em monemas intervém no plano da expressão e no plano do conteúdo; graças a ela, um número indefinido de enunciados é possível a partir de um inventário limitado de monemas. A segunda articulação só diz respeito ao plano da expressão.

Partindo da distinção importante entre traços fonéticos e fatos fonológicos, Martinet opõe as necessidades da comunicação (exigência de um número máximo de unidades que sejam as mais diferentes possíveis) e a tendência ao menor esforço (exigência de um número de unidades menos diferentes possíveis). A tendência a

harmonizar essas duas exigências leva à economia na língua ou à melhora do rendimento funcional. Cada unidade do enunciado é submetida a duas pressões contrárias: uma pressão (sintagmática) na cadeia falada, e uma pressão (paradigmática) no sistema. São levadas em conta as intenções do falante, as expectativas do ouvinte e há vinculações entre linguagem e contexto situacional. O sistema lingüístico é uma estrutura, diferente do estruturalismo por esse ter seu *input* funcional. A língua é um sistema desprovido de referência e projetado para a comunicação.

Já que a “roupa” do Livro Didático agora é a comunicação, eles passam a ter novos títulos como *Comunicação e Expressão* (Siqueira e Bertolin), *Atividades de Comunicação* (H. Sargentim), *Comunicação Jovem* (H. Nadólskis), *Hora de Comunicação* (D. P. Cegalla) etc. Porém, todos eles continuam defendendo os mesmos ideais “propostos” pelo Estado.

D – Gerativismo: sintaxe em primeiro lugar.

A *gramática gerativa* é uma teoria lingüística elaborada por N. Chomsky e pelos lingüistas do *Massachusetts Institute of Technology* entre 1960 e 1965. Criticando o modelo distribucional e o modelo dos constituintes imediatos da lingüística estrutural, que, segundo eles, descrevem somente as frases realizadas e não podem explicar um grande número de dados lingüísticos (como a ambigüidade, os constituintes descontínuos etc.), Chomsky define uma teoria capaz de dar conta da criatividade do falante, de sua capacidade de emitir e de compreender frases inéditas. Ele formula hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da linguagem: esta última, específica à espécie humana, repousa sobre a existência de estruturas universais inatas (como a relação sujeito/predicado) que tornam possível a aquisição (aprendizagem) pela criança dos sistemas particulares que são as línguas: o contexto lingüístico ativa essas estruturas inerentes à espécie, que subtendem o funcionamento da linguagem. Nessa perspectiva, a gramática é um mecanismo finito que permite gerar (engendrar) o

conjunto infinito das frases gramaticais (bem formadas, corretas) de uma língua, e somente elas. Formada de regras que definem as seqüências de palavras ou de sons permitidos, essa gramática constitui o saber lingüístico dos indivíduos que falam uma língua, isto é, a sua *competência* lingüística; a utilização particular que cada locutor faz da língua em uma situação particular de comunicação depende da *performance*.

Porém, ainda não foi desta vez que abandonou-se o Estruturalismo, pois a Teoria Gramatical Gerativa concebe descrições estruturais da língua (finitas) para todos os objetos lingüísticos (infinitos) que são gramaticais dentro do domínio da língua natural que se examina. O enfoque aqui é para a sintaxe, uma vez que o Gerativismo aborda as orações, frases, sentenças. A estrutura profunda *nunca* é inovada, somente a superficial.

No Brasil, Mário A. Perini publica a Gramática Gerativa em 1976 e depois disso publica diversos livros a respeito do assunto.

O Livro Didático não ficou atrás. O mercado abasteceu-se rapidamente de livros trabalhando a nova teoria, inclusive os complexos indicadores sintagmáticos de base como se pode verificar no livro *Descoberta e Construção* (Tadeu Rossato Bisognin). Mesmo os Livros Didáticos com teorias gerativistas continuaram utilizando exercícios altamente estruturalistas.

E – Bakhtin e Foucault : uma rápida importante passagem para a Análise do Discurso.

Uma nova maneira de se conceber a linguagem e, conseqüentemente, a educação, é estabelecida: *Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles trazem consigo.* (Foucault, 1971). Agora não é mais simplesmente passar conhecimento àqueles que não o têm, mas tomar consciência de que as sociedades de discurso têm função de conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em

um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição. (Foucault, 1971).

Agora é saber que todo discurso é, essencialmente, ideológico, que tudo depende do social e que há um controle da produção de discursos, dos sujeitos que falam. *...trata-se de determinar as condições de seu funcionamento (do discurso), de impor aos indivíduos que os pronunciam um certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles.* (Foucault, 1971).

Se é possível a alguém colaborar mais amplamente para que ocorra uma mudança nas fontes de poder, esse alguém é o professor; porém, para um trabalho tão grandioso *é preciso fazer uma análise profunda e aguda da palavra como signo social para compreender seu funcionamento como instrumento da consciência. É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for.* (Bakhtin, 1979:23).

Trata-se agora de fazer com que nosso aluno saiba que *a palavra é o fenômeno ideológico por excelência (...), é o modo mais puro e sensível de relação social.* (Bakhtin, 1979:22) e que esse sim, é um bom motivo para se aprender um “outro português” que não o seu. Trata-se de mostrar a nosso aluno que *as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios.* (Bakhtin, 1979). Nós, como *sujeitos*, temos um papel ativo no processo de construção do discurso em suas múltiplas e diferentes formas, seja julgando, excluindo, incluindo, seja dando-lhe um estatuto de verdade ou de falsidade. Deveríamos nos questionar, tomando como exemplo Foucault sobre *o que há de perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente.*

F - Geraldi : uma nova proposta para o ensino de Língua Portuguesa

Por tudo que já foi dito, é evidente que é preciso mudar o currículo escolar do português. O aluno precisa aprender a ler de fato e deixar de, simplesmente, decodificar palavras.

Concordamos plenamente com Geraldi quando ele diz que há alguns tópicos fundamentais que a escola atual vem deixando de lado e que devem ser respeitados:

1 - Levar em consideração a variedade lingüística do meio dos alunos.

Geralmente os alunos dizem que não sabem português e, no entanto, são bons falantes da língua nativa. O que então torna o português da escola tão diferente da língua cotidiana do aluno? Será que existem “dois” portugueses? Temos um currículo que cobra, por exemplo, na primeira fase, classes gramaticais e as mesmas classes gramaticais na segunda fase e no segundo grau. O aluno se cansa de ouvir a mesma coisa, enjoa de fazer exercícios cansativos e aborrecidos que estão numa outra realidade, repete mecanicamente regras de uso gramatical, para o aluno, *sem utilidade alguma* e a maior prova disso é que, passada a avaliação, já esquecem tudo. Eles estudam para *fazer prova* e não para aprender ou usar uma outra forma de linguagem.

2 - Focar metodologicamente o ensino gramatical em cima da escrita do aluno (a partir da variedade).

Na hora da aula de redação, é um caos. A invocada “inspiração” não chega nunca e os alunos reclamam que não têm idéias, que não conseguem escrever, que o tema é difícil etc. O que é preciso de fato, é fazer com que o aluno escreva e escreva e reescreva até chegar ao que Geraldi chama de *texto publicável*. O aluno (e alguns professores) precisa aprender que escrever é um exercício como outro qualquer e que requer treino constante.

3 - Fazer os alunos conviverem com a literatura.

Não é novidade para ninguém que ler é fundamental para a formação do bom crítico, do cidadão consciente capaz de transformar a realidade que o cerca. Se o professor quer formar e não simplesmente informar o aluno, é necessário investir na leitura, usar meios eficazes para despertar o gosto pela literatura, criar suas aulas de leitura, adotar livros, discuti-los, relê-los, debatê-los. É preciso tirar o livro didático do pedestal e usar livros, muitos livros, sejam eles quais forem.

4 - O novo professor: boa formação e muita cultura

Sim, o professor precisa realmente de boa formação e muita cultura, mas a realidade, na maioria de nossas escolas, ainda é outra. Segundo Neves (1991: 29-31), as leituras, entre os docentes, praticamente inexistem. Em sua pesquisa, ficou evidenciado que a única atividade em que os professores se engajam são os cursos de reciclagem, atualização ou aperfeiçoamento. Além disso, verificou-se um clima de desalento entre os docentes provocado, segundo eles, pelas más condições de trabalho, pela falta de dedicação e respeito dos alunos e pela desvalorização do professor. O estado tenta mudar o panorama alterando o currículo, mas de que adianta uma mudança curricular se o professor não está bem preparado? Se o salário é baixo? Se não há como investir em livros para si mesmo? É difícil, mas não é impossível. Isso quer dizer que o professor sente que é preciso inovar, é preciso mudar porque como está não dá mais. Alguns professores já percebem que o curso de Magistério não é suficiente. Ele procura um curso superior, uma pós-graduação etc. Alguns professores, com o pouco que ganham, têm investido em livros e revistas na área de educação que possam auxiliá-los num trabalho melhor. No entanto, infelizmente, a grande maioria ainda é de professores que nunca lêem nada além do livro que adotaram para suas aulas.

5 - Pela mudança do Estado

Bem, já está mais do que na hora de lutarmos, todos juntos, por um governo que pense de fato na educação. É hora de lutarmos bravamente por um salário justo e por condições de trabalho decentes porque algumas escolas não têm giz ou até mesmo carteiras. Assim, fica muito difícil de se pensar em um ensino de fato produtivo e reflexivo. Condições decentes de trabalho é o mínimo que podemos e devemos exigir do governo. É o professor quem forma médicos, engenheiros, industriais, biólogos, matemáticos, cientistas e até esses políticos que estão acabando com a educação. É hora de o professor ser valorizado pelo que faz, por ser a base de formação, do início ao fim, de todos os profissionais do país.

G - Travaglia: reflexão para usar / ensinar a língua melhor

Em Travaglia (1996) encontramos uma proposta de ensino de gramática que, a nosso ver, é bastante coerente e significativa para o ensino de língua materna. A gramática tradicional é considerada como parte importante do ensino/aprendizagem da língua materna e tem seu lugar merecido mas não único. Para a proposta, algumas considerações devem ser feitas:

1 - que o objetivo de ensino de língua materna é prioritariamente desenvolver a competência comunicativa;

Assim, se queremos alunos que saibam *usar* a língua, estamos querendo alunos com uma competência comunicativa que dê conta de situações tão variadas quanto a vida exige do falante.

2 - que em decorrência dessa opção em termos de objetivo, o que se deve fazer é essencialmente um ensino produtivo, para a aquisição de novas habilidades

lingüísticas, embora o ensino descritivo e o ensino prescritivo possam ter também um lugar nas atividades de sala de aula, mas um lugar redimensionado em comparação com aquele que têm habitualmente tido no ensino de língua materna;

3 - que a linguagem é uma forma de interação;

4 - que o texto é um conjunto de marcas, de pistas que funcionam como instruções para o estabelecimento de efeito(s) de sentido numa interação comunicativa;

5 - que o domínio da linguagem exige alguma forma de reflexão;

Assim sendo,

o autor propõe “que o ensino de gramática seja basicamente voltado para uma gramática de uso e para uma gramática reflexiva, com o auxílio de um pouco de gramática teórica e normativa, mas tendo sempre em mente a questão da interação numa situação específica de comunicação e ainda o que faz da sequência lingüística um texto que é exatamente a possibilidade de estabelecer um efeito de sentido, uma unidade de sentido para o texto como um todo. (Travaglia, 1996: 108).

Ainda em sua proposta, o autor afirma que o ensino prescritivo e o descritivo devem ter um lugar redimensionado. Em linhas gerais, as atividades de ensino descritivo devem utilizar a teoria gramatical já elaborada nas gramáticas descritivas e servem à consecução do objetivo de levar ao conhecimento do aluno que a língua é uma instituição social. Quanto ao ensino prescritivo, que deve utilizar a gramática normativa, não se apresentará certos usos da língua como valores absolutos ou única forma válida de língua, mas levar o aluno a entender que esse(s) uso(s) é uma espécie de *etiqueta social* usada em circunstâncias diferentes das de seu cotidiano e que

esse(s) uso(s) tem razões outras que as lingüísticas como prestígio social, econômico, cultural, política e/ou outras.

Quanto à gramática, o trabalho deve ser feito *numa perspectiva formal mais ampla, na dimensão do funcionamento textual-discursivo dos elementos da língua*, flagrando a gramática em seu funcionamento, evidenciando que ela é a própria língua em uso. Assim, estamos de acordo com Possenti quando afirma que *saber falar significa saber uma língua. Saber uma língua significa saber uma gramática. Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendeu na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas. Mais profundo do que esse conhecimento é o conhecimento (intuitivo ou inconsciente) necessário para falar efetivamente a língua.* (Possenti, 1997: 30)

Ao ensinar gramática, Travaglia propõe trabalhar sempre com quatro formas de focalizá-la no ensino: a) uma gramática de uso cujo trabalho se liga mais ao *conhecimento da língua*; b) uma gramática reflexiva e uma teórica cujo trabalho está mais preocupado com o *conhecimento sobre a língua* e, por fim, a uma gramática normativa.

O trabalho com essas quatro formas não deve ser estanque e nem precisa ser dividido no tempo. *O que vai determinar quando devem ser usadas é o conteúdo com que se trabalha, as condições dos alunos, o objetivo, o tempo disponível e outros fatores que o professor julgar pertinentes.* (Travaglia, 1996: 110)

Conclusão

O verdadeiro professor não dá aulas como “bico” para aumentar sua renda salarial, nem vai à escola para fingir que dá aulas a alunos que fingem aprender. O verdadeiro professor está comprometido com o saber e se preocupa com a escola de hoje e de amanhã. Conseguimos formar, com o passar dos anos e com esses moldes de ensino, no máximo repetidores de gramáticas com conceitos

falhos, adultos que reproduzem a ideologia dos dominantes, seja ele dominado ou dominador. A escola nunca se mostrou tão incompetente ao formar o cidadão crítico e consciente da política vigente no país. Um cidadão que ouve um discurso político e não é capaz de compreendê-lo em sua totalidade.

Segundo Geraldi, ensina-se na escola *um negócio que não é mais a língua portuguesa, a ponto de ela parecer estranha*. O português ensinado na maioria das escolas está de tal forma preso ao estruturalismo gramatical que torna-se “arma mortal” para a inteligência do aluno. As interpretações de texto são vistas sob um único prisma e não raro o aluno é criticado porque sua resposta “não está igual ao texto” ou não é a mesma do Livro Didático! A interpretação tornou-se cópia de partes de texto. Os exercícios gramaticais são tão estruturalistas que impedem o aluno de escolher até simplesmente as palavras que deseja usar pois elas já estão ao lado do exercício para serem somente “encaixadas de acordo com o modelo...” como se na língua sempre tivéssemos um “modelo” a seguir antes de qualquer enunciado. Onde ficam as novas frases? Onde fica a criatividade? Desse modo nossos alunos pensam cada vez menos e tornam-se “máquinas defeituosas de reprodução” de gramática, ideologia dominante...

Entendemos que a resposta para qualquer questão levantada nesse trabalho é sempre a mesma: o bom professor. O professor que é bem formado, que trabalha por prazer e leva seu trabalho muito a sério. *As únicas pessoas capazes de encarar um trabalho de modificação das escolas são os professores. Qualquer projeto que não considere como ingrediente prioritário os professores - desde que estes, por sua vez, façam o mesmo com os alunos - certamente fracassará.* (Possenti, 1997: 56)

Especificamente quanto ao ensino de gramática, Travaglia (1996: 217), lembra que o professor só se sentirá à vontade para trabalhar com os problemas que a teoria gramatical apresenta se:

a - se lembrar que os estudos lingüísticos, que a ciência lingüística, como todas as demais ciências humanas, tem ainda

uma descrição, uma explicação muito incompleta e fragmentada do seu objeto de estudo;

b - estiver convicto de que as teorias são tentativas de explicação do objeto de estudo da ciência e de que ainda não foi dada a palavra final sobre o objeto de nenhuma ciência;

c - em função de a e b, o professor de Língua Portuguesa estiver disposto a aceitar as novas descobertas da ciência lingüística, evitando assim certas atitudes como, por exemplo: a de insistir em determinados cânones da lingüística tradicional ou em certas formas de explicar a constituição e funcionamento da língua, que a ciência lingüística já comprovou não serem válidos.

Diante disso tudo, percebemos que o bom professor não pára nunca, está sempre se atualizando, é um professor que procura fazer parte integralmente de *uma escola consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais e econômicas e que, por isso, assume a função de proporcionar às camadas populares, através de um ensino eficiente, os instrumentos que lhes permitam conquistar mais amplas condições de participação cultural e política e de reivindicação social.* (Soares, 1993: 73).

Notas:

¹ Como não ter falhas nos conceitos se ainda não há uma teoria coerente de gramática? O que seria exatamente "manipular erradamente" os conceitos? Considera-se aqui a teoria abordada por cada livro didático?

² Abordagem metodológica não é suficiente para garantir acesso ao conhecimento. É preciso muito mais como saber exatamente que abordagem está sendo utilizada, conhecer os princípios dessa abordagem e estar preparado para desenvolver um trabalho coerente que tire o máximo proveito da abordagem em questão.

³ Orientações ao professor ("gerente da aula"). O professor prescinde de outras leituras porque o livro didático traz tudo pronto para ser utilizado, respostas às questões propostas, motivações para redações e outros que muitas vezes impedem o professor de pensar, refletir e aceitar outras possíveis respostas dos alunos ou de

preparar motivações mais adequadas para sua turma.

⁴ Por mais que se tente, as situações simuladas pelo professor em sala de aula serão sempre situações irreais que poderão estar ou não mais próximas da realidade do aluno. No entanto, aprender também é fazer teorias, abstrações, hipóteses... Será que o desenvolvimento da proficiência **apenas** na norma culta garante um bom resultado? E as demais normas? Por que o privilégio da norma culta?

⁵ De qual gramática? Estruturalista, Gerativista, Tradicional? Cada uma tem um conceito diferente. Trabalhar-se-á então gramática reflexiva? Isso não está em desacordo com o 2º item dos princípios gerais (...desenvolvimento da proficiência na norma culta, especialmente na sua modalidade escrita...)

⁶ Mas como isso seria possível? Qualquer produção textual veicula ideologias nas quais estão imbuídos nossos preconceitos, nossas discriminações, previstas ou não em lei. A cultura de um povo só se faz de ideologias.

Bibliografia

- BAKHTIN, M. (1979). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec.
- BRITTO, Luiz Percival Leme (1997). *A sombra do caos - ensino de língua x tradição gramatical*. São Paulo, ALB: Mercado de Letras.
- CHAUÍ, M. (1995) *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense.
- DUBOIS, Jean, et alii. (1993). *Dicionário de Lingüística*. São Paulo, Cultrix.
- FARIA, Ana L. G. (1994). *Ideologia no livro didático*. São Paulo, Cortez.
- FRANCO, M. L. P. B. "O livro didático e o Estado". *Ande*. São Paulo, 5:19-24.
- GERALDI, J. W. Livro didático de Língua Portuguesa: a favor ou contra? In: *Leitura: Teoria e Prática*. São Paulo, 09:4-7, jun. 1987.
- _____. "O aprendizado que vem da vida do próprio aluno". In: *Nova Escola*, São Paulo, 78: 10-20, set. 1994.
- _____. (1993). *Portos de Passagem*. São Paulo, Martins Fontes.
- KOCK, Ingedore V. (1992). *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo, Contexto.

- MARTINS, Maria Helena et alii. (1996). *Questões de Linguagem*. São Paulo, Contexto.
- NEVES, Maria H. Moura (1991). *Gramática na escola*. São Paulo, Contexto.
- PERINI, Mário A. (1996). *Gramática descritiva do português*. São Paulo, Ática.
- POSSENTI, Sírío (1997). *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo, ALB: Mercado de Letras.
- SAVIANI, Dermeval (1991). *Escola e democracia*. São Paulo, Cortez.
- SOARES, Magda (1993). *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo, Ática.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1996). *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo, Cortez.
- Guia de livros didáticos. PNLD 1999. Ministério da educação e do desporto - MEC.